
BARCELONA – GAC: WHOIS e GDPR: Discussão com IPC e NCSG

Domingo, 21 de outubro de 2018 – 11h30 às 12h15 CEST

ICANN63 | Barcelona, Espanha

MANAL ISMAIL: Obrigada a todos pela paciência, vamos começar nossa sessão sobre GDPR, junto com outros membros da comunidade. Vão estar conosco os membros dos grupos interessados, está também diferentes pessoas, e depois virão os da unidade constitutiva de propriedade intelectual. Agradeço aos colegas por estarem aqui, e passo a palavra agora a Milton, acho que tenho que passar a palavra para Milton.

MILTON MUELLER: Bom dia a todos, sou um dos membros do grupo de partes interessadas não comerciais, NCSG, como vocês sabem, esse grupo inclui os usuários de nome de domínio, que fazem parte da GNSO, somos parte desse organismo que formula políticas na ICANN e representamos grupos de direitos humanos, grupos de liberdade civis, defensores da privacidade, grupos de artistas, entidades educacionais, universidades, ou seja, usuários não comerciais. Aqui tenho o meu colega do Egito, e eu sou dos Estados Unidos, trabalho no Instituto de Tecnologia de Geórgia.

Estamos aqui porque somos parte da GNSO e nos últimos 15 a 18 anos, estamos dizendo para a ICANN que o WHOIS é ilegal, com relação à maior parte das leis sobre privacidade, principalmente das europeias.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Essa advertência foi ignorada até que surgiu o GDPR, e então devido às penalidades, foi levado a sério o tema do WHOIS, então estamos aqui diante do GAC, órgão que representa os governos na ICANN, e é um pouco irônico da nossa parte em realidade, porque nós queremos aproveitar a influência dos governos quanto às decisões de políticas governamentais sobre o GDPR, e muitos de vocês não estão tão de acordo a respeito de que os governos deveriam controlar as ações da ICANN. Nós vamos explicar o que, que está acontecendo em realidade, com esse EPDP porque não nos informaram exatamente a esse respeito.

Nos deram informação errada, nós queremos garantir de que entendam tanto o processo quanto à questão de fundo desses acordos, ou desacordos também. Com respeito a desacordos GDPR, quer priorizar a sua carta orgânica, a primeira tarefa a fazer rapidamente, é ter uma política da comunidade para substituir a implementação temporária, para incluir alguma situação de emergência. Para as questões de fundo da especificação temporária, estamos contentes, porque não revela informação que não deveria ser publicada. Então deixa essa informação a salvo do acesso público indiscriminado, principalmente com identificação ou informação que permita identificar as pessoas, e então cumpre no curto prazo com o GDPR.

O que tem que fazer o EPDP é trabalhar nos detalhes para chegar a uma política permanente que substitua essa especificação temporária quanto aos dados que se veem no WHOIS público e os dados que não estão à vista. Então como segunda etapa nesse processo, se supõe que

temos que conseguir uma política, alcançar uma política para reger o acesso aos dados do WHOIS que não são públicos, ou seja, dados pessoais, sensíveis, registratárias de nomes de domínio, e as perguntas de acesso bastante delicadas. Devemos respondê-las antes de começar a falar sobre a definição de mecanismo de acesso. Um dos problemas é que muitos dos grupos de partes interessadas se preocupam com a maneira de ceder os dados, e querem passar por alto, não considerar a primeira parte desse EPDP, e da sua missão, que consiste em substituir a especificação temporária por uma política permanente. Estamos aplicando um método para processar essa questão de identificação da especificação temporária, que é trabalhar arduamente e rever cada um dos propósitos de coletas de dados da ICANN. Que é algo que ainda vamos fazer conforme o GDPR, queremos ver porque a ICANN completa essa informação, quão necessária é para apoiar a sua missão de ter um sistema de nomes de domínio que seja global, seguro e estável. Avançamos bastante, mas seguimos deparando-nos com o tema do acesso, porque as pessoas que estão tão preocupadas com o acesso querem definir o acesso como parte da missão da coleta de dados.

E isso é problemático, porque não tem muito sentido de dizer: estou coletando todos esses dados para poder divulga-los. Não nos dizem quantos são, quais dados são necessários, nem ao usuário o porquê de coletar seus dados, e em geral é um propósito um tanto ilógico dizer que iremos coletar dados para divulga-los. Então estamos em tratativa, debate, chegamos a um ponto no qual temos um propósito que é propósito, e é um dos motivos pelos quais coletamos dados,

então os terceiros que tenham interesse legítimo, em diferentes situações possam contratar um registratário, e a formulação desse propósito, que um acordo entre os diferentes interesses, as diferentes partes interessadas ainda está em processo, mas acho que ontem avançamos nessa redação. Então, quando acordarmos o propósito P, vamos rever a especificação da revisão temporária e depois vamos definir o mecanismo de acesso. Vocês terão escutado alguns comentários prévios, onde se dizia que não se vê, nós estamos com muita vontade de ter um mecanismo, não. Isso é um erro, o processo de definir um mecanismo de acesso é o segundo passado nesse processo de EPDP, e precisa de uma política, não podemos dizer que a política de um dia para o outro vai oferecer acesso aos dados.

E acho que de muitas maneiras a organização da ICANN confundiu muito as pessoas na sala iniciando esse debate sobre o acesso unificado, e não podemos fazer isso, até não redefinir o WHOIS no quadro do GDPR. Esse é o segundo passado, então não entendemos porque se fala em acesso, e muito menos de acesso unificado porque isso tem que ser definido pela comunidade. Não se confundam, quando a ICANN publicar esse documento sobre modelo de acesso unificado, e vocês o leiam, perderão o tempo. Porque esse documento não tem relação com esse processo. Não tem lugar aqui. Até não ter redefinido a especificação temporária, e ter uma política sobre acesso, não teremos um modelo de acesso, e não sabemos se a comunidade vai apoiar o modelo de acesso unificado, ou outro tipo de modelo, esse é o segundo passo deste processo. Eu gostaria de discutir com vocês,

ouvir as suas perguntas agora, e agora passo a palavra para o meu colega do Egito, o segundo representante da NCSG.

AMR ELSADR:

Eu sou do Egito, membro do grupo de partes interessadas não comerciais, represento o EPDP, e eu quero retomar as palavras do Milton. Nós na equipe de EPDP, identificamos primeiramente os dados que são oferecidos para diferentes tramitações como registros de nomes de domínio, GTLDs, e outros, e identificamos então os tipos de dados, os tipos de atividades, de processamento, como obtenção, processamento dos registradores de registro, e também a divulgação e transferência destes dados. Todas essas são atividades de processamento que nós temos considerado para cumprir com o GDPR, então devemos ter uma fundamentação legal. O EPDP está trabalhando arduamente com isso, e também há uma preocupação geral na comunidade, sobre a posição do NCSG, ela diz que somos contrários ao acesso, e isso não empenha-se, como Milton disse, há muitos anos que defendemos a privacidade dos registratários, e fazemos isso no marco da lei existente sobre privacidade e proteção de dados. Antes do GDPR, esse foco não era tão universal e unificado, e pelo menos ao meu ver, eu tenho trabalhado há muito tempo no WHOIS detalhado, e que falava sobre a capacidade de proteger os dados, eu conformidade com a lei aplicável.

Agora, neste momento isso não é tão claro assim. Mas há muitos anos sim que estamos trabalhando sobre isso, e há fundamentações legais para acessar os dados, e nós acreditamos há políticas de consenso na

ICANN desenvolvidas pela GNSO que exigem o acesso aos dados de registro. Nenhum problema nesse sentido, mas deve haver um processo rigoroso para identificar os tipos de dados envolvidos e os tipos de atividades de processamento de dados e as fundamentações legais. Esse é um dos passos lógicos que devemos dar para acessar os dados, e até não ter uma resposta a todas as perguntas que tem a ver com acesso, na carta orgânica da equipe de EPDP, não poderemos avançar. Então devemos responder sobre que dados devemos entender, e também quais estarão disponíveis. Isso é bem lógico. Portanto, eu não quero ser o único aqui que faça as perguntas, eu gostaria de ouvir as suas perguntas sobre as questões que lhes preocupam, e, portanto, estamos aqui disponíveis para respondê-las.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigada Milton, e também a última palestrante, há diferentes comunidades, com diferentes interesses e prioridades, e nós estamos aqui para tentar trabalhar juntos, para encontrar alguma via comum. O acesso é algo muito importante para o GAC e não estamos perdendo tempo, porque nós queremos ter preparados, para quando tudo isso começar, quando esse processo for começar. Eu não faço parte das deliberações de equipe de EPDP, e deveríamos perguntar aos nossos colegas, e eu espero que possamos chegar a um consenso. Eu tenho aqui uma solicitação dos Estados Unidos, a representante, e depois do Irã. Por favor, sejam breves e também eu quero que os convidados do IPC venham aqui à mesa, para participar. Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS:

Eu quero fazer um comentário, eu entendo a lógica aqui, mas eu acho que tem sido um problema para esse esforço, é que todos representamos perspectivas diferentes. Outro dos problemas é que para nós é difícil reconhecer e tentar entender as posições das outras partes, porque a nossa posição é muito firme. A decisão é muito importante para o governo, seu próprio uso, claro, mas também para as pessoas que representamos. Porque quanto ao modelo de acesso universal, e o que tudo isso que está acontecendo, as conversas, são conversas muito preliminares, não é um processo formal. Estão aparecendo perguntas, opções de abordagem, e todos vão concordar com que os diferentes elementos que estão no modelo de acesso universal são muito complexos. Estamos falando de certificação, autenticação, muitas coisas que estão para facilitar esse modelo. Então devemos começar já, começar já a discutir essas questões problemáticas é muito bom, devemos entender tudo isso, e não vê-lo como uma atividade sem nenhum sentido, estamos num processo muito, começando com esse processo formalizado. E com o começo das conversas. Vamos tentar ser breves, devemos começar a próxima sessão.

KAVOUSS ARASTEH:

Distinto Professor Mueller, e o seu colega à mesa, e eu quero agradecer a vocês por ter vindo, compartilhar tudo isso conosco, acho que o grupo de partes interessadas não comercial é anti acesso. Eu nunca ouvi isso antes, temos requisitos diferentes dos seus, nós representantes legítimos dos governos, e os governos têm grande preocupações se não houver acesso. Essa é uma das principais

prioridades, ter acesso, acho que já mencionou isso claramente. E se chama acesso viável e unificado.

Nós gostamos da palavra harmonizado, e não padronizado. Nós concordamos sim com alguns colegas que dizem que isso deve ser feito com algumas perguntas de acesso, mas isso não significa que deva ser adiado sem motivos, porque isso deve estar disponível antes de a especificação temporária transformar-se em definitiva. E não queremos delegar isso em outro grupo.

Queremos que o grupo responsável pelo EPDP, acabe com toda essa situação, que com um modelo harmonizado de acesso unificado, então vocês tem seus requisitos, nós temos os nossos requisitos, e não estou dizendo que vocês não entendem a gente. Não é bem isso, mas suas preocupações não são iguais às nossas, procuramos a resposta às nossas preocupações e a nossa preocupação não está encontrando respostas. Vocês estão se referindo a um documento da diretoria da ICANN, e isso não nos importa muito. O que é importante é que o GAC elabore um comentário só sobre o modelo de acesso. Isso pode ser enviado ao presidente, a diretoria da ICANN sim, e essa é a nossa postura, e nós de forma decisiva e determinante vamos continuar com esse assunto, e pedimos o seu respeito, da mesma maneira que nós respeitamos as suas perspectivas. Por favor, peço que entendam qual é a nossa posição.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigado Kavouss, eu quero deixar bem claro que essa não é uma proposta à diretoria, não é bem assim. Eu peço para o próximo

que seja breve, para podermos começar com a sessão do IPC. Muito obrigada. O senhor é da Suazilândia. O representante do Suazile.

ANDREAS DLAMINI:

A minha pergunta não está vinculada com as apresentações, mas tem a ver em geral com o GDPR, porque estamos considerando o GDPR como se fosse um regulamento internacional quando acontece que é só da Europa. Estamos falando sobre porcentagens de registradores, registros afetados pelo GDPR, quando analisamos todas as opções quanto ao modelo de acesso unificado, talvez estejamos colocando em risco ou fragmentado o WHOIS. Talvez seria útil analisar todas as opções. Então qual é a porcentagem de registros e de registradores afetados pelo GDPR, e o que acontece se o resto do mundo não quer aceitar o GDPR, mas continuar da maneira que estamos agora.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigada, agora eu venho, os comentários finais, peço que sejam breves.

AMR ELSADR:

Vou começar pela última pergunta, o motivo pelo qual o GDPR é considerado como uma política da ICANN, e além disso nós no grupo do EPDP também devemos estabelecer diferenças sobre onde se encontram instalados os registradores e as partes contratadas, porque também devemos observar os custos de implementação do GDPR, e as partes contratadas, e isso depois é repassado aos registradores de nomes de domínio, mas estamos, registrantes, há muitas formas de

processamentos, atividades, talvez uma parte não esteja na União Europeia, mas esteja oferecendo serviços à representantes da União Europeia, inclusive, se não estiverem localizados na União Europeia, há sim muitas atividades de processamento com terceiros que se encontram de fato na União Europeia, e portanto devem cumprir com o GDPR, por isso é que o GDPR é tão amplo e que nós devemos cumprir com o GDPR, isso sobre a perspectiva da implementação e a GNSO sempre considerou tudo isso, devemos considerar essa implementação, porque isso significa tempo e dinheiro também, as vezes uma política pode ser boa, e nós já observamos isso com vários EPDPs, e surgem muitas dificuldades.

Então quanto ao que foi colocado para o acesso universal e padronizado, não importa qual o rótulo, mas estamos falando em atividades de processamento que devem ter um objetivo e propósitos específicos para cumprir com o GDPR com bases jurídicas. Se revelamos os dados de acordo com o GDPR, deverá haver uma base jurídica específica. Então devemos ter um modelo de acesso universal, em que haja diferentes solicitações para diferentes objetivos. E cada vez que uma sugestão de dados for recebida, ela deverá ter seu próprio objetivo, sua própria base jurídica. Não podemos ter um objetivo com uma ou duas bases jurídicas, que abranjam todos os cenários possíveis, quanto à revelação de dados, isso não seria em conformidade com o GDPR e poderia haver multas e ações judiciais diferentes. Então mais uma vez vamos identificar quais são os elementos necessários para o processamento, para continuar com esse debate.

MANAL ISMAIL: Eu estou certa de que esse debate vai continuar, mas já chegou o pessoal do IPC, então se a resposta for breve, por favor, Milton.

MILTON MUELLER: Eu queria responder ao que a Ashley mencionou, porque o modelo de acesso unificado, e quando a apresentar esse documento oral, cria expectativas, falsas expectativas, porque o WHOIS vai ser como era antes, e só haverão alguns procedimentos diferentes, a gente está credenciado, tem acesso discriminado a todos os elementos do WHOIS, e isso vai acontecer, eu posso garantir isso. Desculpe, não vai acontecer, vamos ter limites e talvez não tenhamos um modelo de acesso unificado, porque talvez não podemos fazer isso juridicamente. Portanto, a ICANN está tentando ser proativa, ou não sei, talvez esteja confundindo a comunidade sobre como vai ser a direção que vai tomar dentro disso.

MANAL ISMAIL: Eu peço desculpas a Brian e Victoria, mas agora é a vez dos membros do IPC, muito obrigada.

BRIAN WINTERFELDT: Sou presidente da comunidade de propriedade intelectual, STRITZ, eu agradeço aos colegas pelo tempo que nos deram nessa agenda tão apertada da ICANN 63 para oferecer um relatório atualizado, sobre o que nós pensamos o GDPR, o impacto na base de dados do WHOIS.

Nós queremos que os membros do GAC entendam qual é o impacto para toda a legislação que tem a ver com fraude, propriedade intelectual, proteção dos consumidores e outros assuntos. E também quero dar uma atualização sobre o que a IPC acredita sobre a especificação temporária sobre o PDP que tem a ver com acesso razoável, a dados não públicos do WHOIS vinculados à proteção do consumidor, e a propriedade intelectual e a objetivos legítimos. Temos pouco tempo, então eu vou deixar as perguntas para o final, e é por isso, que eu vou entrar diretamente a apresentação preparada.

VICKY SHECKLER:

Muito obrigada, eu sou Vicky Sheckler, primeiramente eu gostaria de comentar o que o senhor Muller disse, porque é importante, é muito importante. Houve uma carta que a diretoria enviou ontem NCSG, mencionando, faltas sobre inexatidões, e desde a mudança na estrutura de dados do WHOIS, percebemos uma certa degradação do acesso, no que tem a ver com a transparência e prestação de contas. Não estamos pensando num acesso indiscriminado, mas estamos analisando isso sobre a perspectiva de prestações de contas e transferência, e pode haver alguma reclamação por violar marcas comerciais, ou direitos autorais, e por isso estamos fazendo isso sob uma perspectiva mais ampla, para ver qual pode ser o dano para o consumidor. Também há questões de cyber segurança que estão aparecendo no nosso mundo, roubo, malware, portanto com a troca de acesso, para nós pode ser mais difícil tentar pesquisar e determinar qual foi o problema de acesso aos dados.

BRIAN WINTERFELDT:

Ouvi alguns comentários que acho que são certos, mas alguns prejuízos que podem surgir a partir da fragmentação do WHOIS, no que tem a ver também com o que tem a ver com cyber segurança, antifraude ou proteção ao consumidor, e outros temas de pesquisa, que é por isso que se oculta parte dos dados do WHOIS. Apesar do que tem a ver com propriedade intelectual, o acesso aos dados não públicos do WHOIS, em algumas circunstâncias e com as salvaguardas pertinentes, pode ser difícil para acessar aos dados, e ao mesmo tempo cumprir com esses objetivos. Há muitos proprietários de propriedade intelectual que se veem confundidos, confusos para fazer o acesso, não sabe se vão poder pedir diretamente dados. Então o objetivo final é a aplicação da lei. Em alguns casos, essa aplicação da lei pode levar muito tempo e dar poucos resultados satisfatórios. A 12 de outubro, a ICCAN recebeu uma comunicação de AppDetex, que apresenta muitos pedidos para dados não públicos do WHOIS, os resultados foram surpreendentes, porque só 3% dos pedidos tinham coletado quatro registros dos WHOIS, se alguém tiver um problema dentro dos pedidos que se fazem vinculado com propriedade intelectual, imaginem o que pode ser para a comunidade em geral. Se temos os dados de contato oculto em WHOIS e isso não é afim aos objetivos legítimos, em segundo lugar, não responder aos pedidos ilustrados, em terceiro lugar um percentual pequeno, não tem completos os dados num período razoável, quando não existe coerência no processo para os dados ocultos de WHOIS, e quinto, acho que estamos em risco de uma falta de disponibilidade dos dados do

WHOIUS, acho que a Vicky pode falar também sobre as experiências, sobre as associações industriais dos Estados Unidos a respeito desse tema.

BICKY SHECKLER:

A minha experiência que houve alguns registradores que põe certa informação no WHOIS público, alguns põe informação pessoal no WHOIS público, mas a maioria não. Então quando nós pedimos dados não públicos do WHOIS, houve um registrador que pediu que dissesse que se estava de acordo com isso depois do GDPR, depois isso tinha a ver com pessoas jurídicas na União Europeia. Obrigado ao registrador então. Eu tive que obter uma ordem judiciária para obter alguns dados, há uma violação a respeito do site, e também provas sobre essa violação, eu expliquei porque era que, é que nós tínhamos como objetivo legítimo para acessar esses dados, estávamos fazendo uma investigação, e esse registratário é uma pessoa que não conhecíamos nessa altura. Alguns registradores que nem sequer responderam. E nós acessamos de diferentes maneiras. Talvez o meio fosse incorreto. Mas isso impediu poder fazer valer o nosso direito.

BRIAN WINTERFELDT:

Eu acho que é um exemplo perfeito de um lugar que tem os recursos para vir às sessões da ICANN, e apesar disso tem dificuldades, imagina as pessoas que trabalham para defender os consumidores e não tem os recursos que tem Vicky, imagine como eles vão poder saber por onde começar, como solicitar acesso, vão ter um website de vários registradores, inclusive é difícil ver, enviar uma consulta de como

formular. Não temos muito tempo nessa sessão, mas queria apresentar os objetivos da nossa unidade constitutiva na medida em que trabalhamos na especificação temporária, para dados de registo de GTLDs, e também para o modelo de transferência unificado. A meta nunca foi deixar de lado a proteção da privacidade, nosso objetivo é alcançar um objetivo entre privacidade e alguns elementos de dados. De fato, na parte do GDPR se diz que o direito a proteção dos dados particulares não é absoluto. Deve ser considerado em relação à sociedade e a sua proporcionalidade.

A IPC apresentou comentários ao EPDP, apoiados com memorandos de advogados europeus, para garantir que a ICANN não caia no cumprimento excessivo do GDPR, salientamos também a importância de apoiar, respeitar o escopo geográfico da norma, e também conseguir um equilíbrio entre ocultar e determinados dados, que talvez não tenham informação que possa identificar as pessoas, entendemos que se conseguiu um progresso considerável no EPDP e esta nossa meta mais importante, ter um mecanismo de acesso unificado, e estamos dialogando com membros da comunidade, para ter esse modelo, apresentamos trabalhos prévios e mecanismos como ICANN, ou a comunidade para a sua consideração. Para nós é importante aplicar um protocolo de acesso para mitigar dificuldades que vemos diariamente. Para apoiar um modelo de acesso unificado, somos conscientes de que o GAC apoia a ICANN a respeito de como aplicar esse modelo. Recebemos com agrado os seus comentários sobre esse modelo de acesso unificado, e esperamos que continuem

com as conversas em andamento. Vicky quer falar? Não, então chegando esse ponto, vamos receber as perguntas.

MANAL ISMAIL: Obrigada, alguém tem perguntas para Brian ou Victoria? Tem a palavra o Irã.

KAVOUSS ARASTEH: Obrigado senhor, obrigada senhora por suas apresentações, poderia se entender que vocês em certa forma estão a favor da posição do GAC?

VICKY SCHECKLER: Sim, é verdade, estamos a favor.

BRIAN WINTERFELDT: Sim, disse que estamos em total consonância com o GAC, estivemos trabalhando estritamente com colegas do GAC, lemos os comunicados depois de cada reunião, realmente nos comovem os esforços do GAC para apoiar toda essa tarefa de quanto a restar os, aqueles e-mails maliciosos da rede.

FRANÇA: Obrigado a todos por essa apresentação, nossos colegas do IPC, obrigado, Vicky você disse, falou sobre a diferença entre pessoa física, e jurídica, a pessoa física sim, mas mencionou um registrador que marcou essa diferença, acho que foi em San Juan, que o GAC

especificamente solicitou ao board que se possa distinguir entre uma entidade, uma pessoa jurídica e uma pessoa física, porque não tem o mesmo grau de proteção, então queria saber se vocês no EPDP veem a possibilidade de implementar essa questão no futuro. Qual a sua opinião.

VICKY SCHECKLER:

De uma perspectiva legal, de política, acho que é vital distinguir entre pessoas físicas e pessoas jurídicas, esclareço o objetivo da proteção da privacidade. Também se devem considerar as questões de transparência e responsabilidade em internet. Vemos que as pessoas a cada vez estão migrando mais seus negócios pela internet, mas a cada vez a mais atores maliciosos, vemos perigo no espaço digital e tentamos abordarmos, com relação à distinção entre pessoa física e pessoa jurídica, vemos que alguns ccTLDs já distinguem a diário, isso é encorajador, encoraja porque esperamos que isso vá em aumento na medida em que avançamos.

MANAL ISMAIL:

Mais alguém deseja formular uma pergunta? Irã tem a palavra.

IRÃ:

Muito obrigado novamente Senhor Presidente, muito obrigado. Obrigado senhora pela sua apresentação. Do ponto de vista jurídico, legal, uma pessoa jurídica é diferente de uma entidade nacional. Sim, uma pessoa jurídica designa alguém que haja em sua representação é

uma mistura, uma combinação entre uma pessoa jurídica, uma pessoa que tem certa nacionalidade e temos que abordar essa complexidade.

BRIAN WINTERFELDT: Sim, pode ser complexo diferenciar uma pessoa jurídica de uma física, mas se pode conseguir por exemplo, em lugar de dar um endereço de e-mail com o nome completo da pessoa que representa a empresa, podemos utilizar um e-mail com o nome genérico e não específico seja que há determinados obstáculos a driblar. Mas não é impossível conseguir. Sim, estou de acordo que não é algo fácil, mas também não é impossível.

MANAL ISMAIL: Alguém mais solicita a palavra? Por favor, se apresente.

BENEDICT ADDIS: Falo a título pessoal, surgiram nos últimos dias perguntas sobre a metodologia que utiliza uma organização que manda diferentes solicitações coordenadas ao WHOIS em forma automática. Então vocês acham que essa situação é uma falha do processo, dos registradores?

BRIAN WINTERFELDT: Com relação à metodologia que utiliza essa organização para obter os dados, em realidade, o que importa é a conclusão geral. Inclusive, se tivessem obtido 25% dos dados, bom, isso quer dizer que há outro percentual que não é respondido. Aqui a ideia é deter os atores

maliciosos para obter um DNS saudável, não queremos dados para propósitos comerciais, de marketing. Queremos protegê-los, as pessoas que utilizam a internet, para que não sejam vítima de fraude, eu represento os meus clientes, e vi que os seus, a sua organização, o seu setor, e queremos evitar fraudes na internet, que ponham em perigo os consumidores e até o roubo de informação pessoal, de dados pessoais, ou seja, é problemático o tema, e não poder acessar a informação desses atores maliciosos, e problemáticos. Sabemos que a identificação temporária não se distingue entre pessoa física e jurídica. Isso tem aplicação global embora o GDPR, na nossa perspectiva é um cumprimento excessivo, quando não temos uma solução uniforme, isso realmente é um desafio para a nossa atividade.

BENEDICTI ADDIS:

Obrigado pela sua resposta, entendo as dificuldades que o acesso limitado envolve para vocês, como sabem, eu estou a cargo de um registro que gere nomes de domínio, e recebi uma solicitação dessa organização da qual falamos recém, então o único dado que não estava incluído era o nome do organismo de ordem pública. Nessa solicitação então eles não teriam enviado essa solicitação, se tivéssemos tido o WHOIS ainda como está. Ou seja, não se enviam as solicitações com formato correto.

VICKY SHECKLER:

Se me permitem, não posso falar da metodologia dessa organização, mas sim da minha metodologia. E enfrento o mesmo problema. Não enviei a vocês minhas solicitações, mas enfrento o mesmo problema.

Manal, acho que com isso finalizamos o tempo disponível para a sessão. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL: Duas pessoas pedem a palavra. Tem um minuto mais para dedicarmos? Muito obrigada. Milton Mueller pede a palavra e depois outro participante.

MILTON MUELLER: Acho que essa situação com a organização que vocês acabaram de mencionar deve ser divulgada. Há uma carta em que está indicado que foram enviadas 1.200 solicitações automatizadas, em nome dessa organização. O que eles fazem é ler o domínio e aparentemente nos encontraríamos numa instância de descumprimento de leis de marcas comerciais. Pedimos à organização que fornecesse mais informação, e ela não respondeu em três meses. E depois há reclamações de que ninguém responde as suas solicitações. Portanto essa é a situação atual. A ideia é que o registrador parece que não cumpre perante os outros, mas esse não é um problema, afinal podemos ouvir o resto das perguntas por favor? Diga seu nome.

ELLIOT NOSS: Sou Elliot Nos de Tucows. Somos aqueles que redigem as cartas do Milton que o Milton mencionou que estão numa correspondência da ICANN, Brian e Vicky, vocês escolheram utilizar os dados dessa entidade para mostrar o que querem demonstrar, portanto é difícil dizer, vocês escolheram isso como exemplo, passo ao segundo ponto

que é mais importante então, essa aqui não deveria ser uma situação em que estamos buscando culpados, que devem ser envergonhados, mas devemos trabalhar juntos enquanto o EPDP estiver em andamento, isso para resolver essas solicitações que vocês estão colocando aqui. Solicitações padronizadas. E quando nós soubermos que há atores maliciosos, que trabalhemos em conjunto, que também, trabalhemos com o setor de cumprimento de contratos da ICANN, e, portanto, não quero continuar com essa atitude de que há vencedores, vencidos, especialmente no que tange a essa carta da organização que estamos mencionando. Parece um pouco como um temor político, ou uma operação política. Portanto, se houver algo para melhorar, tudo bem, mas devemos trabalhar juntos, e eu gostaria de convidá-los para que mudem a modalidade de suas argumentações, para trabalharmos juntos nessa situação que é tão complexa.

MANAL ISMAIL: Fala o representante da OMP.

BRIAN BECKHAM: Publicamente eu quero dizer que vamos trabalhar com Elliot Noss, é um grande prazer, isso para resolver esse problema de forma colaborativa, e destravar esse ponto de estagnação.

ESTADOS UNIDOS: Quanto ao que Elliot disse, nós no EPDP estamos trabalhando sobre essas questões, e queremos ver no contexto de acesso razoável como entender que a informação está sendo solicitada, o tempo de resposta,

tudo isso é para evitar situações desagradáveis. Portanto, queremos seguir avançando no EPDP e vamos continuar encontrando essas situações que vocês estão mencionando, e os debates nem sempre serão frutíferos. Muito obrigada.

MANAL ISMAIL: Muito obrigado Ashley, Bryan, Vicky tem um comentário final?

VICKY CHECKLER: Muito obrigada Elliot, muito obrigada Ashley, acho que o importante aqui é que a coleta desses dados seja para um acesso com propósitos legítimos na internet, eu vou trabalhar com vocês com muito prazer para encontrar uma solução razoável, e devemos passar à ação.

MANAL ISMAIL: Muito obrigada a todos, eu me desculpo, começamos um pouco mais tarde e finalizamos mais tarde, agora vocês têm menos tempo para o almoço e vamos começar às 13h30min para estarmos aqui com o grupo do BGR.